

Câmara poderá interditar obras da ponte de Camburi

As obras de fundação da segunda etapa da ponte de Camburi poderão ser interditas, dependendo do depoimento a ser tomado hoje pela Comissão Especial de Inquérito, da Câmara Municipal de Vitória que apura as causas da modificação da sua localização inicial. A interdição foi admitida ontem pelo presidente da CEI, vereador Arnaldo Pinto da Vitória, depois de analisar o depoimento do secretário municipal de Obras, Laerce Machado, prestado na última segunda-feira. Hoje, está sendo esperado o depoimento do engenheiro Marco Murad, que gerencia a Staca.

Um dos pontos que está chamando a atenção dos vereadores que atuam na CEI é o fato da firma Scitop-Sociedade Civil de Topografia e Projetos — do Rio de Janeiro — encarregada dos projetos geométricos, cálculo estrutural e planilha de sondagem preliminar, não ter executado todas as atividades e contratado a Staca — Solo Técnica Capixaba — como subempreiteira para a execução da sondagem. Para o engenheiro Laerce Machado foi uma situação normal e amplamente descrita no relatório da fiscalização que ele alega ter encaminhado à CEI.

DÚVIDAS

Arnaldo Pinto, no entanto, alega que não recebeu ainda o relatório mencionado bem como outros documentos que haviam sido apresentados durante o depoimento de Laerce Machado e devolvidos para serem fotocopiados. Ontem, Laerce Machado explicou que nada mais tinha a falar sobre a ponte dizendo que tudo havia sido transferido para o prefeito de Vitória, Carlito Von Schilgen. Segundo ele, os relatórios encaminhados para a CEI tinham todos os detalhes referentes ao seu depoimento.

Algumas dúvidas estão existindo na presidência da CEI. Uma delas sobre a continuidade das obras no lado direito do canal de Camburi. Apesar da criação da comissão para apurar as causas da mudança de local, os trabalhos continuam sendo desenvolvidos. E Arnaldo Pinto admite que caso sejam apuradas irregularidades o desenvolvimento das obras irá criar um problema maior para a municipalidade, pois envolverá gastos criminosos. Ele comentou que hoje, após ouvir o gerente da Staca, irá solicitar ou não à prefeitura a interdição da obra.

Por seu lado, o engenheiro Laerce Machado diz que não lhe compete suspender a execução dos trabalhos e que se a CEI quiser que o faça, deixando claro que ela teria poderes no cumprimento dos prazos e de muitas contratuais que aumentem ainda mais o custo da obra. O presidente da CEI diz que isso não poderia acontecer, pois a prefeitura deu uma ordem de serviço para execução da obra, ainda do lado esquerdo e, logo em seguida, ela foi paralisada para a realização de estudos para a modificação do local para instalação dos tubulões.

Assim no entender dele, não se pode falar em cumprimento de prazos caso aconteça uma nova paralisação. Ele entende também que com a transferência da ponte para o lado direito os acessos irão custar mais caro, o que certamente elevará o custo da obra. Ele voltou a confirmar ontem que a prefeitura ainda não sabe explicar quanto pretende gastar nos acessos, e que ele, particularmente, acha que será um investimento grande, pois a existência de areia e lama no local irá exigir a fixação de bases profundas sob pena de que ocorram novos desmoronamentos como os verificados na

avenida Dante Michelini, na Praia de Camburi Hoje, o depoimento de Marco Murad será a partir das nove horas da manhã.

MARINHA

A ponte de Camburi, conforme consta nos relatórios de fiscalização, foi mudada para evitar que parte do prédio do Supermercado São José fosse destruído. A prefeitura fala em gastos estimados de Cr\$ 10 milhões, caso fosse desapropriar a área mas o imóvel foi construído em terreno de marinha e poderia ser requisitado a qualquer momento através de entendimentos com o governo federal, conforme prevê a legislação. A prefeitura não teria maiores gastos com desapropriação, pois os terrenos de marinha são de propriedade da União. Haveria a considerar uma indenização de aspecto social quando muito.

Mas entre preferir deslocar mais quatro metros para a esquerda como consta do próprio relatório, onde seria possível a construção — sem maiores problemas, excetuando-se a existência do prédio do grupo Neffa no local — a municipalidade optou por um desvio de 20 metros para a direita e que irá exigir, segundo as informações do presidente da CEI, gastos diversos com a construção dos acessos. Arnaldo Pinto admite até que a prefeitura esteja certa ao afirmar que o projeto da ponte não irá custar mais, sendo desenvolvido no lado direito, que no esquerdo, mas entende também que se forem computados os preços dos acessos, que até hoje a prefeitura desconhece, a ponte acabará ficando muito mais cara.

Aterro mecânico começa

Prevendo despejar dois mil metros cúbicos de areia por dia, na Praia de Camburi, a Cobrasa S/A iniciou ontem a segunda fase do aterro — denominado mecânico. Um trator de esteira está trabalhando na praia espalhando a areia transportada pelos caminhões, que deverão realizar, pelos menos, 500 viagens -dia para manter a cota prevista pela prefeitura municipal. E serão necessários, pelo menos, 250 dias para que seja completada a cota de 2 mil metros cúbicos pretendida para o aterro.

O secretário municipal de obras, Laerce Bernardes Machado, não quis comentar ontem os problemas que poderiam advir com o aterro mecânico de Camburi. Ele explicou apenas que tudo está sendo feito com base no projeto elaborado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Hidroviárias — INPH. E ainda que a obra foi contratada com a Codrasa S/A, existindo uma previsão de despejo de 2 mil metros cúbicos de areia por dia.

Ontem, o secretário de Obras fez uma reunião com técnicos da Cobrasa para discutir os trabalhos desenvolvidos no primeiro dia de atividades do aterro mecânico. Não permitiu a entrada da imprensa e disse que nada seria revelado sobre os entendimentos mantidos. Laerce Machado disse ainda que não tinha nada a ver com a retirada de areia da área da Infraero, pois deveria ser um contrato entre as duas empresas. Também não quis avaliar os problemas que poderão surgir na área da Infraero com a retirada de, pelo menos, 500 mil metros cúbicos de areia de um local que já se ressentia da exploração de jazidas feitas pela Companhia Siderúrgica de Tubarão. Na verdade ele deu a entender que não lhe interessa de onde está vindo a areia e os problemas que podem surgir no local, desde que ela chegue até à praia.

Dentro da previsão da prefeitura de Vitória, serão necessários pelos menos 21 caminhões trabalhando 24 horas por dia

ininterruptamente para cumprimento dos prazos previstos pela municipalidade, fator que inevitavelmente irá criar problemas para a Praia de Camburi, a partir dos ventos que sopram na praia e que espalharão parte do material sobre residências, apartamentos e casa comerciais da praia. O problema poderá diminuir se o transporte do material for feito dentro de algumas normas, tais como utilização de ola e borraçadeira para evitar problemas no transportes.

Na Câmara Municipal, ontem, o anúncio do aterro mecânico, da forma que está sendo feito, gerou protestos de alguns vereadores. Alguns dos quais lembraram que para cumprir as exigências da municipalidade os caminhões da Codrasa — ou contratados para a execução da tarefa — serão obrigados a trafegar em alta velocidade e em grande número, ou então trabalharem durante toda a noite. Em ambos os casos a segurança do trânsito ou a tranquilidade dos moradores estará ameaçada.